

ATA 663

1
2 Ata da sexcentésima sexagésima terceira reunião plenária, em convocação ordinária,
3 do Conselho Regional de Psicologia – 8ª Região, realizada no oitavo dia do mês de
4 novembro de dois mil e treze, na sede do CRP-08, em Curitiba-PR. **Presentes:**
5 **Presentes: DIRETORIA:** Psic. Cleia Oliveira Cunha CRP-08/00477 – Conselheira
6 Presidente, Psic. Guilherme Bertassoni da Silva CRP-08/10536 – Conselheiro Vice-
7 Presidente e Psic. Maria Stella Aguiar Ribeiro CRP-08/05524 – Conselheira Tesoureira.
8 **CONSELHEIROS EFETIVOS:** Psic. Sandra Mara Passarelli Flores CRP-08/01198,
9 Psic. Anita Castro Menezes Xavier CRP-08/12770, Psic. André Luiz Vendel CRP-
10 08/14073, Psic. Luiz Antônio Mariotto Neto CRP-08/17526, Psic. Renata Campos
11 Mendonça CRP-08/09371, Psic. Rosangela Maria Martins CRP-08/01169.
12 **CONSELHEIROS SUPLENTE:** Psic. Ana Lígia Bragueto CRP-08/08334, Psic. Denise
13 Ribas Jamus CRP-08/11462, Psic. Juliano Del Gobo CRP-08/13756, Psic. Mariana
14 Daros de Amorim CRP-08/15938, Psic. Vanessa Cristina Bonatto 08/13902, Psic.
15 Solange Maria Rodrigues Leite CRP-08/09294, Psic. Rodrigo David Alves de Medeiros
16 CRP-08/13844, Psic. Luciana de Almeida Moraes CRP-08/14417, Psic. Nyanne Costa
17 Freire CRP-08/14350. **Também presentes:** Psic. Elaine Bernert CRP-08/14475 -
18 Gerente Técnica deste CRP, Adm. Maurício Cardoso da Silva CRA/22261 – Gerente
19 Administrativo-financeiro, Psic. Angelo Horst CRP-08/17007 – Coordenador Técnico de
20 Comissões, Psic. Célia Mazza de Souza CRP-08/02052 – Coordenadora Técnica de
21 Políticas Públicas e Eventos. **Justificaram ausências:** Psic. Luiz Henrique Birck CRP-
22 08/15340, Psic. Ana Paula Rossito Mantoan CRP-08/12479, Psic. Rodrigo Soares
23 Santos CRP-08/07213, Psic. Paula Matoski Buttore CRP-08/12879, Psic. Fernanda
24 Rossetto Prizibela CRP-08/12857, Psic. Bruno Jardini Mäder CRP-08/13323, Psic.
25 Liliane Ocalxuk CRP-08/15210 – Conselheira Secretária. **Ausências não justificadas**
26 Psic. André Luis Cyrillo CRP-08/09184. Verificada a existência de quorum, a reunião
27 plenária tem início às 17h20. Cons. Cleia faz abertura e ordenação da pauta, com
28 aprovação das atas 661 e 662 por unanimidade. **INFORMES Desligamento de**
29 **Funcionários** Gerente Adm-Financeiro Maurício informa que o Orientador Fiscal
30 Stelios foi desligado do quadro de funcionários do CRPR no último dia 31 de outubro.
31 Acrescenta, ainda, que a Jornalista Vivian também deixa de ser funcionária do CRP a
32 partir do dia 30 de novembro. **Comunicado CFP PDE 020/2009** Psic. Elaine lê ao
33 plenário, comunicado recebido do CFP: “*Prezada Presidenta. Cumprindo determinação do*
34 *Código de Processamento Disciplinar (Resolução CFP nº 006/2007), comunicamos que o*
35 *juízo do Processo Ético CFP nº 3347/2012 (recurso do Processo Ético CRP-08 nº*
36 *020/2009), em que este CRP é parte interessada, ocorrerá no dia 29 (vinte e nove) de*
37 *novembro de 2013. O julgamento ocorrerá na sede do Conselho Federal de Psicologia, a partir*
38 *das 10 (dez horas), em Brasília-DF. Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos,*
39 *caso necessário. Atenciosamente, Humberto Verona Conselheiro Presidente”*. **Comunicado**
40 **CFP PDE 022/2009** Psic. Elaine lê ao plenário, comunicado recebido do CFP: “*Prezada*
41 *Presidenta. Cumprindo determinação do Código de Processamento Disciplinar (Resolução CFP*
42 *nº 006/2007), comunicamos que o juízo do Processo Ético CFP nº 4592/2012 (recurso do*
43 *Processo Ético CRP-08 nº 022/2009), em que este CRP é parte interessada, ocorrerá no dia 29*
44 *(vinte e nove) de novembro de 2013. O julgamento ocorrerá na sede do Conselho Federal de*

45 *Psicologia, a partir das 10 (dez horas), em Brasília-DF. Estamos à disposição para quaisquer*
46 *esclarecimentos, caso necessário. Atenciosamente, Humberto Verona Conselheiro Presidente”.*
47 **Comunicado CFP PDE 016/2009** Psic. Elaine lê ao plenário, comunicado recebido do
48 CFP: “*Prezada Presidenta. Cumprindo determinação do Código de Processamento Disciplinar*
49 *(Resolução CFP nº 006/2007), comunicamos que o julgamento do Processo Ético CFP nº*
50 *642/2012 (recurso do Processo Ético CRP-08 nº 016/2009), em que este CRP é parte*
51 *interessada, ocorrerá no dia 29 (vinte e nove) de novembro de 2013. O julgamento ocorrerá na*
52 *sede do Conselho Federal de Psicologia, a partir das 10 (dez horas), em Brasília-DF. Estamos*
53 *à disposição para quaisquer esclarecimentos, caso necessário. Atenciosamente, Humberto*
54 *Verona Conselheiro Presidente”.* **Comunicado CFP PDE 017/2009** Psic. Elaine lê ao
55 plenário o **Acórdão** do Processo Ético CFP nº 3348/2012, originado do Processo Ético
56 CRP 017/2009, onde os Conselheiros do CFP, por maioria de votos, dão provimento ao
57 recurso e reformam a decisão do CRP-08, a fim de arquivar o processo ético por
58 ausência de infração ética. **COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA PP 017/2012**
59 Indicado como relator de reconsideração o Conselheiro Bruno, com data de
60 apresentação do relatório agendada para o dia 06 de dezembro. **PP 012/2012** Indicado
61 como relator de reconsideração o Cons. Guilherme, com apresentação do relatório
62 agendada para o dia 07 de dezembro. **PP 024/2011** Indicada como relatora de
63 reconsideração a Cons. Fernanda, com data apresentação do relatório agendada para
64 o dia para 07 de dezembro. **CONSELHEIROS(AS) V Encontro Nacional de**
65 **Conselhos Profissionais** Cons. Mariana faz um breve relato sobre sua participação no
66 V Encontro de Conselhos Profissionais, promovido pela Associação de Conselhos
67 Profissionais de Santa Catarina (ASCOP), no dias 17, 18 e 19 de outubro, em
68 Florianópolis. Questiona se o CRP faz parte da ASCOP do Paraná. Psic. Elaine informa
69 que o *X Plenário (Gestão 2007-2010)* tinha representação na ASCOP, no entanto, o *XI*
70 *Plenário (Gestão 2010-2013)* não teve representante, sobretudo porque aparentemente
71 a ASCOP não desenvolveu ações que necessitavam a presença do CRP. Cons.
72 Mariana defende que o CRP retome a participação na ASCOP/PR. Relata que não
73 encontrou muitos representantes dos Conselhos Profissionais de Psicologia no evento
74 e que os temas se voltaram, entre outros, na ênfase de diferenciação entre Conselho e
75 Sindicato. Ressalta que um dos temas mais polêmicos tratou da abertura de cursos nas
76 Instituições de Ensino sem o conhecimento dos Conselhos Profissionais. Informa que,
77 de acordo com informações recebidas durante o evento, os Conselhos Profissionais
78 terão acesso às fichas de avaliação dos cursos de graduação, por intermédio do INEP
79 que, se solicitado/convidado, poderá esclarecer melhor como se darão os
80 procedimentos junto aos Conselhos Regionais. Acrescenta que outros temas
81 envolvidos no evento se voltaram para a obtenção da Carteira de Identidade
82 Profissional somente após aprovação em prova específica (conforme acontece com a
83 OAB atualmente). Cons. Guilherme pede mais informações a respeito do acesso dos
84 Conselhos Profissionais nas fichas de avaliação do INEP. Cons. Mariana esclarece que
85 o INEP está propondo uma capacitação dos avaliadores dos cursos, em parceria com
86 os Conselhos Profissionais. Ressalta que alguns Conselhos Regionais, inclusive
87 fornecem pareceres para aberturas de cursos. Porém, a polêmica relaciona-se com o
88 fato de que muitos cursos abrem suas portas mesmo com pareceres desfavoráveis dos
89 Conselhos. Cons. Guilherme entende que os Conselhos Profissionais não têm gerência

90 sobre o assunto. Psic. Elaine lembra que no ano de 2012 o CFP firmou parceria com o
91 MEC para tratar da abertura de novos cursos. No entanto, o CRP-08 sempre cobrou
92 posicionamentos e repasse de informações a respeito e nunca obteve retorno. Cons.
93 Rosângela acrescenta que a Psic. Angela Caniato também comentou sobre a
94 aproximação do CFP com o MEC e se dispõe a fazer contato com a Psic. Angela
95 Caniato para ter mais informações. Cons. Juliano questiona como se dá a relação da
96 ABEP com o MEC. Cons. Cleia relata que não tem muita clareza sobre a parceria, mas
97 acredita que a Psic. Alayde tenha condições de responder. Sugere o contato com a
98 Psic. Alayde para que mais informações a respeito sejam trazidas para a plenária. **VIII**
99 **COREP** Cons. Juliano faz uma breve explicação sobre o modo de funcionamento do
100 VIII COREP, que em 2013 funcionou a partir de duas frentes: apreciação de propostas
101 regionais e nacionais. Relata que no VIII COREP as propostas regionais não foram
102 apreciadas de forma satisfatória, devido à falta de informações a respeito de como
103 estas deveriam ser analisadas e/ou publicadas. Desta forma, acrescenta que o CRP-08
104 fez contato com o CFP a fim de resgatar estas propostas que foram salvas somente no
105 sistema do DATASUS durante a realização do VIII COREP. Apresenta ao plenário
106 alguns exemplos de propostas, incompletas, e que já se encontram em posse do CRP.
107 Cons. André relembra que o CFP limitou o número de 10 de propostas para serem
108 aprovadas por eixo, e a plenária do COREP deliberou por aprovar um número superior
109 de propostas, por entender que àquela era a instância máxima de discussões da
110 Psicologia no Paraná e que esta não poderia se limitar ou restringir a um determinado
111 número de discussões. Cons. Juliano reforça que as propostas regionais ficaram salvas
112 apenas no sistema do DATASUS e considera que o resgate de tais propostas é um
113 ponto positivo e favorável ao plenário do CRP. Defende a conclusão do trabalho. Cons.
114 Guilherme entende que as propostas representam as demandas da categoria no estado
115 do Paraná e sugere a publicação do Caderno de Deliberações Regionais. Cons. André
116 sugere um levantamento do material disponível para o trabalho (número de propostas
117 regionais, nacionais, etc). **Encaminhamento:** Cons. Juliano propõe a conclusão do
118 Caderno de Deliberações Regionais, por intermédio da criação de um Grupo de
119 Trabalho formado por conselheiros e relatores do VIII COREP. Defende, ainda, que
120 sejam feitas recomendações por parte do GT, ao CFP, para que os mesmos problemas
121 não se repitam nos próximos COREPs. Cons. André considera que a publicação do
122 material é fundamental e se coloca à disposição para participar da reorganização das
123 propostas. Sugere convite aos Psic. João Batista (Londrina), Adriano Holanda, entre
124 outros, para que participem. Cons. André propõe, ainda, que o GT tenha tempo para
125 trabalhar e que as informações levantadas sejam trazidas nas plenárias de 2014. Cons.
126 Cleia indica o Cons. Juliano para coordenador o GT. Cons. Juliano aceita a indicação.
127 Cons. André sugere que o GT tenha início, para que sejam levantados os devidos
128 encaminhamentos e defende a visibilidade das ações do GT no planejamento
129 estratégico. Por unanimidade, o plenário aprova a constituição do GT, bem como a
130 indicação do Cons. Juliano como coordenador. **DIRETORIA Conselho Estadual de**
131 **Políticas sobre Drogas (CONESD)** Cons. Cleia informa que a Diretoria do CRP foi
132 convidada para participar de reunião com o Presidente do CONESD. Relata que
133 atualmente o CRP é representado pela Psic. Célia Mazza e Psic. Frederico Ronconi no

134 CONESD, sendo que na reunião o Presidente pediu apoio do CRP nas ações
135 desenvolvidas pelo CONESD. Cons. André questiona se o *GT Nacional sobre Álcool e*
136 *Outras Drogas* foi retomado pelo CFP. Cons. Cleia informa, também, que no dia 11 de
137 novembro haverá uma discussão coletiva promovida pelo CREPOP, no CRP, sobre o
138 documento preliminar de Referência Técnica para Atuação das(os) Psicólogas(os) em
139 Políticas Públicas de Álcool e outras droga. Psic. Elaine esclarece que o GT Nacional
140 citado pelo conselheiro André se divide em duas frentes: “internação compulsória” e
141 “comunidades terapêuticas”. No entanto, relata que não tem ciência se a nova
142 composição do CFP tem interesse em mantê-lo, mas esclarece o CRP-08 precisa
143 indicar um representante titular e um suplente no GT, até o dia 14 de novembro,
144 conforme solicitação do próprio CFP. Lembra que a conselheira Fernanda participou
145 de alguns encontros do GT Nacional na gestão passada. Cons. André sugere que a
146 discussão seja retomada na plenária seguinte. **Ordem dos trabalhos – Plenária** Cons.
147 Maria Stella entende que as primeiras reuniões plenárias da gestão tiveram uma
148 organização mais livre, que proporcionaram inúmeras discussões, levantamento de
149 ideias e considera que a dinâmica adotada das primeiras plenárias foi muito positiva.
150 No entanto, defende um reordenamento da ordem de trabalho para que as pautas das
151 plenárias sejam vencidas de forma satisfatória. Cons. Cleia relata que em reunião da
152 Diretoria foi aventada a possibilidade de utilizar a metodologia da APAF, de forma que
153 as discussões sejam otimizadas. Cons. Maria Stella lembra que existem algumas
154 regras sobre ordem dos trabalhos, que constam no Regimento Interno, e apresenta a
155 dinâmica de trabalho utilizada na APAF: “CAPÍTULO VI - DA ORDEM DOS TRABALHOS
156 Art. 13 - O quorum mínimo para as reuniões é de metade mais um, do total de representantes.
157 Art. 14 - A verificação do quorum será realizada pela folha de presença, assinada pelos
158 representantes, antes do início dos trabalhos de cada reunião. Parágrafo único - Na falta de
159 quorum para o início dos trabalhos, o Conselho organizador ou a Mesa, quando já constituída,
160 adiará a abertura, sendo o fato consignado em ata. Art. 15 - Após o início da reunião, não será
161 permitida a sua interrupção, podendo o coordenador suspendê-la diante de circunstâncias
162 eventuais que a justifiquem, ou encerrá-la antecipadamente, por deliberação da maioria
163 simples. Art. 16 - Os trabalhos nas sessões ordinárias obedecerão a seguinte ordem: I –
164 discussão, aprovação e assinatura da ata da reunião anterior; II – leitura e aprovação da pauta;
165 III – comunicações; IV – ordem do dia; V – outros assuntos. Art. 17 - Os membros da Plenária
166 que desejarem discutir assunto incluído na Pauta, devem inscrever-se na mesa. § 1º - Serão
167 permitidas somente 5 (cinco) inscrições em relação a cada matéria da pauta. § 2º - A mesa
168 consultará o Plenário sobre a aceitação ou não das inscrições que ultrapassem o número de 5
169 (cinco) por matéria. § 3º - O inscrito que usar a palavra terá o prazo de 3 minutos e não poderá:
170 I – desviar-se da questão em debate; II – falar sobre o vencido; III – ultrapassar o prazo
171 regimental. Art. 18 - O responsável pela inclusão do tema na Ordem do Dia falará antes dos
172 oradores inscritos, pelo prazo de 5 minutos, para encaminhamento do tema. § 1º - Após o
173 encaminhamento do tema, e quando necessário, será concedido o prazo de 3 minutos para
174 esclarecimentos. Quando Conselheiro não compreendeu o ponto que está sendo debatido,
175 deve solicitar esclarecimento, antes de entrar em regime de votação. § 2º - O tempo concedido
176 em cada caso, poderá ser ampliado por decisão do Plenário. Art. 19 - O membro da plenária
177 somente poderá apartear o orador se fizer a solicitação e obtiver a permissão. §1º - O aparte é
178 a interrupção breve e oportuna do orador para indagação, esclarecimento da matéria em
179 debate ou acréscimo de informações. § 2º - Não será admitido aparte: I – à palavra do



Conselho
Regional de
Psicologia
do Paraná

180 *Coordenador dos trabalhos; II – paralelo a discurso; III – por ocasião de encaminhamento de*
181 *votação; IV – quando o orador declarar, de modo geral, que não o permite; V – quando o orador*
182 *estiver suscitando questão de ordem ou de encaminhamento. 8 § 3º - Os apartes subordinam-*
183 *se às disposições relativas à discussão, em tudo que lhes for aplicável, e incluem-se no tempo*
184 *destinado ao orador que o permitir. Art. 20 - Após o pronunciamento dos Conselheiros inscritos,*
185 *o Presidente usará da palavra, se lhe aprovar, e, em seguida, anunciará o encerramento da*
186 *discussão, será aberto prazo para a apresentação de propostas sobre o tema em pauta*
187 *propondo a matéria para votação. § 1º - Na fase de encaminhamento de votação, haverá um*
188 *encaminhamento contra e um a favor. § 2º - Não havendo encaminhamento contra, não haverá*
189 *a favor. Art. 21 - As propostas serão votadas em bloco, ressalvada a matéria destacada ou*
190 *deliberação diversa do Plenário. Art. 22 - Questão de ordem é o esclarecimento formulado à*
191 *Mesa – sobre o processo de discussão e votação dos temas definidos na pauta, com vistas a*
192 *manutenção da plena observância das normas regimentais. Parágrafo único - As questões de*
193 *ordem terão preferência sobre qualquer outro assunto, sendo apreciadas pela mesa, cabendo*
194 *recurso ao Plenário. Em qualquer momento da reunião, pode o Conselheiro pedir a palavra a*
195 *fim de levantar questão de ordem; As questões devem ser formuladas em termos claros e*
196 *precisos, com citação dos dispositivos cuja observância se considere infringida, sendo*
197 *resolvidas pelo presidente”. Cons. André pede esclarecimentos sobre o recurso ao*
198 *plenário em questões de ordem. Cons. Guilherme esclarece que, caso a mesa diretora*
199 *entenda que o pedido de ordem não é válido, o(a) conselheiro(a) que fez o pedido*
200 *poderá solicitar ao plenário que o pedido seja acatado. Cons. Rodrigo Medeiros se*
201 *preocupa com o fato de que as normatizações eventualmente possam repetir estruturas*
202 *e modos de funcionamento que anteriormente eram criticados pelo atual grupo gestor.*
203 *Defende que, quando necessário, o plenário possa abrir mão das normatizações a fim*
204 *de garantir e preservar a essência do grupo que hoje assume o CRPPR. Cons. Maria*
205 *Stella considera que o grupo é bastante participativo e compreende que a liberdade de*
206 *fala é algo fundamental a todos. Porém, entende que a estrutura da APAF apresentada*
207 *não tem a função de engessar o funcionamento do plenário, mas sim de organizar o*
208 *trabalho de um grupo que está iniciando. Cons. Guilherme esclarece que se trata de*
209 *uma regra da APAF, e não de gestões anteriores do CRP-08. Cons. Vanessa sugere*
210 *que, antes de ser normatizado o modo de funcionamento da plenária, o grupo tenha*
211 *ciência daquilo que ele próprio quer. Cons. Rosângela esclarece que o modelo sugerido*
212 *é o mesmo utilizado nos Conselhos de Controle Social e nas instâncias que possuem*
213 *plenária. Cons. Guilherme defende a criação de uma estrutura mínima de*
214 *funcionamento, objetiva e funcional. Considera que o modelo da APAF pode ser uma*
215 *alternativa, haja vista que é utilizado há muito tempo. Cons. Rodrigo também*
216 *compreende que uma formalização não necessariamente engessaria um modo de*
217 *funcionamento. No entanto, entende que o aprimoramento do laço existente no grupo*
218 *seria muito mais eficaz do que o estabelecimento de um conjunto de regras. Ressalta*
219 *que a pergunta “o que queremos desta plenária?” deve ser permanente.*
220 Encaminhamento: *Cons. Rodrigo propõe a discussão seja retomada no planejamento*
221 *estratégico, de forma que o grupo não perca sua essência por conta de formalizações.*
222 *Cons. André compartilha do mesmo posicionamento do Cons. Rodrigo e defende maior*
223 *flexibilização do modelo, sobretudo no que diz respeito ao número de falas dos*
224 *conselheiros. Gerente Adm-Maurício considera importante o estabelecimento de*

225 algumas normas, tendo em vista que o número de participantes das plenárias tende a
226 aumentar. Cons. Cleia partilha da mesma preocupação e ressalta que se trata de uma
227 sugestão, com base no funcionamento da APAF. Propõe, como encaminhamento, que
228 a discussão seja amadurecida e retomada outro momento. O plenário aprova o
229 encaminhamento proposto pela Cons. Cleia. **COMUNICAÇÃO SOCIAL** Gerente Adm-
230 Financeiro Maurício informa que o contrato com a RDO vence em 01 de fevereiro de
231 2014. Caso o contrato não seja renovado, será necessária abertura de um novo
232 processo licitatório. Relata que o Cons. Bruno defende a renovação do contrato com a
233 RDO, por mais um ano (contando a partir de fevereiro de 2014), para que se tenha mais
234 tempo para avaliar o trabalho desenvolvido pela agência. Cons. Juliano questiona se
235 existem outras empresas interessadas no contrato. Maurício esclarece que a
236 contratação se dá via processo licitatório, público e que permite a concorrência.
237 Encaminhamento: Após esclarecimentos, por unanimidade, o plenário aprova a
238 renovação do contrato com a RDO, por mais um ano (contando a partir de fevereiro de
239 2014), conforme indicação do Cons. Bruno. **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**
240 **(CDH)** Cons. Juliano apresenta ao plenário um breve resgate das atividades realizadas
241 pela Comissão de Direitos Humanos em Curitiba, em gestões anteriores, enviando
242 também aos conselheiros por e-mail: "*Reencontrando a Comissão de Direitos Humanos do*
243 *CRP-08. A Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP)*
244 *foi criada em 7 de agosto de 1997. A partir de 1998, foram criadas as Comissões de Direitos*
245 *Humanos nos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs). 1. Atividades iniciais: A partir de*
246 *1998, as atividades foram voltadas para sensibilizar o Plenário e a categoria. As ações eram*
247 *direcionadas para as especificidades do Estado, mas também acompanhar o cenário nacional e*
248 *estar junto com as outras comissões. A primeira campanha foi "O Direito de Ter Direito",*
249 *focando, entre outros pontos, a necessidade da classe em conhecer e se inserir no campo das*
250 *Políticas Públicas e Sociais. Segundo a Cleia, quando a comissão foi iniciada no Paraná o tema*
251 *era estranho aos conselheiros e foi preciso mudar o planejamento inicial. Com foco em políticas*
252 *públicas foi se desenvolvendo as ações, realizando análise de conjuntura socioeconômica*
253 *frente a temas como: manicômio judiciário, privação de liberdade, preconceito racial, educação*
254 *inclusiva, exclusão, violência etc. O tema da Assistência Social (LOAS) também envolveu a*
255 *comissão, sendo importante a contribuição da comissão, que ajudou a esclarecer o papel do*
256 *psicólogo numa atuação mais política em que pensar e conhecer de orçamento e legislação*
257 *também era parte do trabalho. 2. Algumas campanhas e projetos realizados: Dentre as*
258 *diferentes ações empreendidas pela comissão, seguiram as campanhas nacionais: "Manicômio*
259 *Judiciário: o pior do pior", "Para nossas crianças nem cadeia nem caixão" (a campanha foi um*
260 *dos temas da grafiteagem contratada para ilustrar o muro frontal do CRPPR), "Preconceito racial*
261 *humilha e a humilhação faz sofrer", "Por uma escola onde caibam todos os mundos" e*
262 *atualmente (2012-2013) "O que é feito para excluir, não pode incluir: contra todas as formas de*
263 *aprimoramento". Destaca-se também, o projeto "Grafitti no Bairro – Arte da Paz", criado e*
264 *lançado pela CDH do CRPPR em parceria com o Instituto de Defesa dos Direitos Humanos*
265 *(IDDEHA), com a proposta de mudar o olhar da sociedade para a arte da grafiteagem,*
266 *resultando na inclusão dos profissionais que trabalham com a mesma. Em 2003, a Comissão*
267 *de DH participou ativamente do início dos trabalhos do Conselho Local de Saúde e do Hospital*
268 *Adauto Botelho, hospital público psiquiátrico do Paraná. Esteve presente na subcomissão que*
269 *elaborou o regimento interno, seguido posteriormente de papel ativo no Colegiado Paritário do*
270 *Conselho. Elaborou parecer por solicitação do Ministério Público quando da iniciativa de se*



Conselho
Regional de
Psicologia
do Paraná

271 utilizar celas contêiner em cadeia localizada em município da Região Metropolitana de Curitiba;
272 Em 2009 realizou análise e elaboração de parecer sobre o Protocolo de Saúde Mental da
273 Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, em 2009. 3. A Comissão de Direitos Humanos a
274 nível Nacional: Entre os objetivos e atribuições da Comissão Nacional de Direitos Humanos do
275 Conselho Federal e dos Conselhos Regionais estão: • Incentivar a reflexão e o debate sobre os
276 direitos humanos inerentes à formação, à prática profissional e à pesquisa em psicologia; •
277 Intervir em situações concretas onde existam violações dos direitos humanos que estejam
278 produzindo sofrimento mental; • Participar ativamente das lutas pela garantia dos direitos
279 humanos na sociedade brasileira; Cleia lembrando a relação com a comissão nacional
280 revelou que essa comissão tem caráter consultivo, é independente e a maioria de seus
281 membros era convidada. Tinha como metodologia: realizar dois encontros nacionais onde se
282 definia temas emergentes e críticos na sociedade e se combinava campanhas e caravanas de
283 inspeção articuladas nacionalmente, sempre ocorrendo em um mesmo dia em todos os
284 estados; a partir de Brasília (a estratégia é válida ainda hoje). Com a mudança de gestão
285 teremos que aguardar o novo "lugar" que esta comissão ocupará ao nível Federal. Mais
286 informações: <http://site.cfp.org.br/cfp/comissao-nacional-de-direitos-humanos/> 4. O contexto
287 atual no Paraná: O Levantamento das sínteses das reuniões da comissão de 2011 a 2013
288 indica que a comissão estava inoperante. A comissão era formada por: Dionisio Banaszewski /
289 Curitiba, Claudio Marcio Antunes Franco / Curitiba, Luciana Maysa da Silva Sydor / Curitiba,
290 Nicolau Steibel / Curitiba, Thiago de Sousa Bagatin / Curitiba. Os colaboradores das gestões
291 anteriores estão fora de Curitiba ou se afastaram do CRP, outros membros hoje se encontram
292 participando da Jurídica, pois foi a partir de DH que surgiu esta comissão. 5. Organização e
293 operacionalização da Comissão: Esta comissão tem diferencial, pois o tema Direitos Humanos
294 perpassa por várias comissões, DH deve exercer um papel provocativo/critico nas
295 acomodações técnicas. Este papel exige estudo e estar atento aos movimentos da sociedade.
296 Podemos criar demanda e também capturar temas. Podemos ter iniciativas locais, de estado e
297 também atuar a partir das campanhas e abordagens promovidas pelo federal". Cons. Juliano
298 complementa e defende que o plenário possa discutir mais a respeito, com o objetivo
299 de ativa-la novamente. Cons. Renata relata que em discussões da Comissão de Psic.
300 Jurídica foi aventada a possibilidade de união entre as duas comissões (Psicologia
301 Jurídica + CDH). Ressalta que a proposta causou espanto em alguns colaboradores
302 que, devido às demandas de cada área, entenderam que não seria o momento
303 oportuno para esta fusão. Cons. Cleia resgata o posicionamento do Cons. Bruno de
304 que a Comissão de Direitos Humanos possa dialogar com as Comissões Temáticas e
305 Permanentes de forma transversal. Considera, ainda, que algumas questões de
306 Direitos Humanos são mais específicas e se pergunta como se colocaria em prática a
307 atuação da CDH junto às demais Comissões. Cons. Juliano compreende que o nome
308 da CDH não pode ser modificado, tendo em vista que se trata de uma questão
309 regimental e que tem por base as deliberações do CFP. Cons. Guilherme reforça que o
310 nome da CDH realmente não pode ser modificado e tem a expectativa que esta possa
311 ter uma parceria muito bem estabelecida com as Comissões de Direitos Humanos da
312 Assembleia Legislativa do Paraná e da Ordem dos Advogados do Brasil, por entender
313 que muitas das ações relacionados ao tema são de interface e devem ser realizadas
314 conjuntamente. Cons. Ana Lúcia compreende que DH é um tema que perpassa todas
315 as outras comissões. Cons. Guilherme considera que a formatação das Comissões
316 Temáticas também é um tema de planejamento estratégico. Cons. Luiz Antônio

317 defende que a CDH possa funcionar, também, como instância de consulta e não
318 necessariamente agregar, em si, algumas outras comissões. Cons. André sugere que a
319 CDH possa ter uma agenda própria de encontros, haja vista que terá que dar conta de
320 demandas específicas, demandas do CFP e da sociedade geral. Assim, compreende
321 que as demais Comissões poderão consultá-la quando julgarem ser necessário. Cons.
322 Anita questiona se não seria mais interessante levar a discussão dos direitos humanos
323 para dentro das outras comissões do que trazer as demais comissões para dentro da
324 CDH. Considera que assim não haveria uma sobreposição de papéis e evitaria
325 posicionamentos contrários sobre o mesmo tema dentro do CRP. Cons. Cleia entende
326 que o tema DH deve ser pautado no plenário como algo em permanente construção.
327 Considera que a CDH pode estabelecer seu trabalho por intermédio de consultas
328 específicas, através de outras comissões e/ou outros órgãos. Cons. Juliano resgata que
329 em 1998 a CDH precisou se ajustar ao entendimento do plenário, sendo construída aos
330 poucos. Cons. Sandra informa que em Londrina a CDH é bastante atuante e a atual
331 coordenadora já manifestou interesse em dar continuidade nas atividades. Relata
332 também que o CRP precisará se pronunciar a respeito de denúncias sobre
333 atendimentos realizados pela UNIMED, que duram cerca de apenas 20 minutos. Psic.
334 Ângelo esclarece que a CDH de Londrina trabalha em duas frentes principais: políticas
335 públicas e direitos da pessoa com deficiência. Relata que a CDH de Curitiba já foi
336 procurada por uma profissional da CASLA (Casa Latino-Americana) que possivelmente
337 tenha interesse em trabalhar o tema DH relacionado à imigração. Cons. Juliano
338 compreende que a particularidade dos direitos humanos é discutir questões universais,
339 que ultrapassam fronteiras. Cons. André considera que o funcionamento enquanto
340 “grupo de estudos” pode ser uma opção para a CDH, que além de se ocupar do tema
341 através do aprofundamento da discussão, também poderá atuar a partir de consultas
342 específicas de outras comissões e instituições. Encaminhamento: Cons. Cleia propõe
343 que o tema continue sendo debatido em futuras plenárias e principalmente no
344 planejamento estratégico da gestão. O plenário aprova o encaminhamento. **POLÍTICAS**
345 **PÚBLICAS Prefeitura Municipal de Curitiba (30h/semanais)** Cons. Guilherme relata
346 que o CRP recebeu a informação de que a Prefeitura Municipal de Curitiba implantará a
347 carga horária de 30h/semanais para os psicólogos do funcionalismo público municipal.
348 Diante disso, apresenta ao plenário a minuta de um ofício-resposta, endereçado ao
349 Pref. Gustavo Fruet: “Ofício DIR/3602-13. Curitiba, 01 de novembro de 2013. Prezado
350 Senhor, O Conselho Regional de Psicologia do Estado do Paraná vem apoiar e parabenizar
351 pelo acolhimento da reivindicação dos profissionais pela regulamentação da jornada de
352 trabalho de 30h (trinta horas) semanais nesta Prefeitura Municipal. Ressaltamos que todas as
353 últimas conferências nacionais, estaduais e municipais de saúde têm aprovado a jornada de 30
354 horas semanais para os trabalhadores da saúde. A Organização Internacional do Trabalho
355 (OIT), entidade integrante da Organização das Nações Unidas (ONU), considera que a redução
356 será melhor para pacientes e trabalhadores da área do mundo inteiro. A II Conferência Nacional
357 de Recursos Humanos para a Saúde de 1993 também propôs que a jornada de trabalho fosse
358 de 30 horas semanais, considerando a natureza da atividade em saúde. Destaque-se ainda que
359 a qualidade da atenção à saúde depende diretamente da qualidade das ações desenvolvidas
360 pelo profissional. A redução da jornada de trabalho resultará na melhora das condições de vida
361 dos profissionais da área e melhora na qualidade do atendimento ao usuário dos serviços,

362 considerando que jornadas extensas estão associadas a acidentes de trabalho e afastamentos
363 por estresse. Colocamo-nos à disposição. Atenciosamente. Psic. Cleia Oliveira Cunha CRP-
364 08/00477 - Conselheira Presidente XII Plenário". Cons. André questiona se houve uma
365 manifestação oficial da Pref. Municipal sobre a implantação das 30h/semanais. Cons.
366 Guilherme esclarece que no site da Secretaria Municipal de Saúde consta uma nota
367 informando que a implantação das 30h será a partir de janeiro de 2014, para todos os
368 profissionais da saúde. Encaminhamento: Por unanimidade, o plenário aprova o envio
369 do ofício. **Reunião com Marcelo Kimati (SMS Curitiba)** Cons. Guilherme esclarece
370 que participaram da reunião a Cons. Cleia, Cons. Guilherme e Psic. Célia Mazza
371 (Coordenadora de Políticas Públicas). A pauta do encontro se voltou ao custeio da
372 participação da Psic. Mariza Borges, pelo CRP-08, para participar I Encontro Nacional
373 da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), nos dias 4, 5 e 6 de dezembro, em Curitiba.
374 Cons. Guilherme relata que o Ministério da Saúde fez o convite para a Psic. Mariza
375 Borges participar do Encontro, mas não ofereceu o custeio de sua hospedagem, o que
376 levou a SMS de Curitiba solicitar o apoio do CRP no custeio. Acrescenta que na
377 reunião foi recebida a informação de que a SMS pretende municipalizar dois CAPS e
378 inaugurar um por semestre e destaca que foi possível colocar em pauta outros
379 assuntos que devem ser retomados futuramente, como municipalização da saúde
380 mental, contratação de psicólogos via serviço público, e a necessidade de inclusão do
381 CRP na reestruturação do protocolo de saúde mental utilizado pela Prefeitura Municipal
382 de Curitiba. A contrapartida do custeio da participação da Psic. Mariza, no evento da
383 RAPS, seria a inclusão de um estande do CRP-08 no evento, bem como estruturação e
384 oferta de um minicurso do CRP. Caso haja disponibilidade, Cons. Guilherme sugere
385 que os conselheiros André, Mariana e Vanessa possam organizar o minicurso. Cons.
386 André considera positiva a abertura de espaço para o evento da RAPS, e se coloca à
387 disposição para participar das discussões com outros Conselhos Regionais. Acrescenta
388 que poderá levar posicionamentos do CRP para as discussões (se for o caso), tendo
389 em vista que já está inscrito no evento. Pede atenção no aprofundamento da discussão
390 sobre a municipalização dos CAPS, em próximas conversas com a Secretaria Municipal
391 de Saúde. **Convite (NEPPSI - Faculdades Dom Bosco)** Psic. Elaine lê ao plenário o
392 convite: "Curitiba, 04 de novembro de 2013. Carta convite. À Psic. Cleia Oliveira Cunha
393 Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Paraná – 8ª Região. O NEPPSI, Núcleo de
394 estudos e pesquisa em Psicologia, do curso de Psicologia das Faculdades Dom Bosco –
395 Curitiba/PR realizará entre os dias 02 a 06 de dezembro de 2013 a semana do NEPPSI, que
396 tem por objetivo agregar acadêmicos, profissionais e docentes em diversas atividades. No dia
397 03 de dezembro haverá a mesa redonda; "As políticas na formação do Psicólogo", que tem por
398 objetivo discutir o papel e a formação política dos profissionais de Psicologia. Desta forma
399 solicitamos a V.Sa. indicar dois representantes (um pela manhã e outro para a noite) deste
400 egrégio Conselho para compor essas mesas, que consideramos ser de extrema importância na
401 formação dos psicólogos paranaenses. As mesas acontecerão no dia 03 de dezembro –
402 Manhã: 9h30 e noite: 21h00. Local: Auditório do Bloco C – Campus Marumby – Av. Wenceslau
403 Braz, 1170. Certo de que poderemos contar novamente com a contribuição deste Conselho,
404 antecipamos nossos agradecimentos. Atenciosamente. Eugenio Pereira de Paula Júnior (Editor
405 da PsicoDom - Revista Eletrônica do Curso de Psicologia - Faculdades Dom Bosco) e
406 Coordenador do NEPPSI - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia – Faculdades Dom



Conselho
Regional de
Psicologia
do Paraná

407 *Bosco)*. Cons. Cleia sugere que o convite seja relido na plenária de sábado, 09 de
408 novembro, para que os demais conselheiros também possam ter conhecimento.
409 **CREPOP** Cons. Cleia reforça que no dia 11 de novembro, segunda-feira, acontecerá a
410 discussão Coletiva sobre o Documento Preliminar de Referência Técnica para Atuação
411 das(os) Psicólogas(os) em Políticas Públicas de Álcool e outras drogas, no CRPPR, às
412 19h. Convida todos os conselheiros para participarem. Luiz Antônio questiona se a
413 discussão se dará, também, nas subsedes. Cons. Guilherme informa que esta é uma
414 das fases para publicação das referências técnicas e que o mesmo documento já
415 esteve disponível para consulta pública no site do CFP. Cons. Juliano pergunta se
416 algum conselheiro já teve experiência de participar de alguma pesquisa do CREPOP.
417 Cons. Ana Ligia informa que participou da fase de resposta aos questionários.
418 **Julgamento Simulado** Cons. Guilherme informa que na plenária do dia 07 de
419 dezembro será realizada a simulação de um julgamento, contendo todas as fases, com
420 o objetivo de trazer conhecimento prático e capacitação da plenária. Pede que os
421 conselheiros se apropriem do Código de Ética Profissional e do Código de
422 Procedimento Preliminar. **Sugestões gerais para organização das Comissões**
423 **Temáticas** Cons. Juliano apresenta ao plenário algumas sugestões gerais para
424 organização das Comissões Temáticas, com base no Regimento Interno do CRP e
425 Resolução nº 003/2011: *"Situação: 10 comissões. Proposta: 07 comissões. Justificativa:*
426 *Desativar inicialmente da Psicologia do Esporte. Mesclar: Social e Comunitária x Jurídica;*
427 *Saúde x Hospitalar. Regimento Interno (Situação): COMPOSIÇÃO: Indicação pelo Plenário,*
428 *psicólogos designados e convidados por Portaria do Presidente. Os psicólogos terão seus*
429 *nomes previamente aprovados pelo Plenário. O mandato dos integrantes das Comissões*
430 *coincidirá com o Plenário que os indicou e aprovou. Art. 66 – Compete aos Coordenadores das*
431 *Comissões: I - programar, convocar e dirigir as reuniões; II- supervisionar e orientar o*
432 *desenvolvimento e a execução das tarefas e trabalhos que lhes são cometidos: III- assessorar*
433 *o Plenário e a Diretoria, quando solicitado ou delegar atribuições a membro competente da*
434 *respectiva Comissão; IV- apresentar em reuniões ordinárias relatório das atividades realizadas*
435 *desde a última reunião Plenária. Regimento Interno (Proposta): COMPOSIÇÃO: A participação*
436 *está aberta a todos os psicólogos, exceto na Comissão de Ética (COE) e na Comissão de*
437 *Orientação e Fiscalização (COF). Os psicólogos deverão previamente encaminhar ao*
438 *coordenador da comissão uma lauda onde justifica seu interesse em participar da comissão.*
439 *Não há mandato de integrantes das Comissões, apenas a portaria do coordenador da*
440 *comissão. Incluir: "orientar os membros da comissão, oferecendo subsídios para o*
441 *desenvolvimento das atividades da comissão." Justificativa: Aproximar o psicólogo do conselho,*
442 *desburocratizando o acesso às comissões. RESOLUÇÃO CRP-08 Nº 003-2011 (Situação): Art.*
443 *1º. Conforme previsto no Art. 78 do Regimento Interno do CRP-08 poderá exercer as funções*
444 *de colaborador deste órgão: psicólogos ou qualquer pessoa cuja contribuição seja necessária*
445 *ao alcance dos objetivos do Grupo de Trabalho e/ou Comissões; Art. 2º Para ser nomeado*
446 *colaborador este deverá satisfazer as seguintes condições: I – pleno gozo dos direitos*
447 *profissionais; II – inexistência ou reabilitação de penalidade por infração ao Código de Ética; III*
448 *– ter seu nome referendado pelo plenário; IV – estar ciente e de acordo com o Regimento*
449 *Interno do CRP-08 assim como da legislação vigente acerca da Psicologia; Art. 4º - Conforme*
450 *prevê o Regimento Interno no seu o Art. 66 – Compete aos Coordenadores das Comissões: I -*
451 *programar, convocar e dirigir as reuniões; II- supervisionar e orientar o desenvolvimento e a*
452 *execução das tarefas e trabalhos que lhes são cometidos; III- assessorar o Plenário e a*



Conselho
Regional de
Psicologia
do Paraná

453 *Diretoria, quando solicitado ou delegar atribuições a membro competente da respectiva*
454 *Comissão; IV- apresentar em reuniões ordinárias relatório das atividades realizadas desde a*
455 *última reunião Plenária. Art. 5º - São atribuições do colaborador: I – representar o CRP nas*
456 *atividades da comunidade que digam respeito à sua comissão, respeitando as diretrizes*
457 *estabelecidas pela mesma, quando indicado para tal fim; II – participar das atividades internas*
458 *da comissão: reuniões; organização de cursos conferências, grupos de estudo, elaboração de*
459 *pareceres técnicos; III – manter contatos com as demais comissões, como forma de viabilizar*
460 *trabalhos com os psicólogos da região, de acordo com as necessidades locais; IV – participar*
461 *de reuniões externas dentro do interesse da Psicologia, que digam respeito a sua comissão,*
462 *para que possa trazer subsídios para os trabalhos da mesma; V – comparecer a no mínimo três*
463 *reuniões plenárias, anualmente ou quando convocado pela Diretoria do CRP-08; VI - Elaborar*
464 *e/ou acompanhar projetos referentes à sua comissão, conforme a demanda; V II – obedecer a*
465 *critérios éticos quanto à divulgação dos trabalhos da comissão. Art. 7º - Os coordenadores*
466 *e/ou colaboradores perderão a sua nomeação se não participarem em pelo menos 1/3 das*
467 *reuniões anuais previamente agendadas ou se deixarem de comparecer, sem motivo*
468 *justificado, a mais de 2 reuniões consecutivas, ou em outros casos, a juízo da plenária deste*
469 *órgão, ou pelo distanciamento da orientação política do CRP-08. Art. 8º - A nomeação do*
470 *coordenador e/ou colaborador, referendada pelo plenário, deverá ser revista anualmente,*
471 *contando-se como início letivo, o mês da posse dos conselheiros eleitos. RESOLUÇÃO CRP-*
472 *08 Nº 003-2011 (Proposta): A participação está aberta a todos os psicólogos, exceto na*
473 *Comissão de Ética (COE) e na Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). A participação*
474 *está aberta a todos os psicólogos em pleno gozo dos direitos profissionais devendo apresentar*
475 *ao coordenador da comissão uma lauda justificando o seu interesse pela participação. O*
476 *membro da comissão deverá ter no mínimo comparecimento de 75% nas reuniões do ano.*
477 *Incluir: “orientar os membros da comissão, oferecendo subsídios para o desenvolvimento das*
478 *atividades da comissão.” Excluir inciso V. Excluir “ou pelo distanciamento da orientação política*
479 *do CRP-08”. Art. 8º - A nomeação do coordenador, referendada pelo plenário, deverá ser*
480 *revista anualmente, contando-se como início letivo, o mês da posse dos conselheiros eleitos.*
481 *Justificativa: Aproximar o psicólogo do conselho, desburocratizando o acesso às comissões.*
482 *Representações Setoriais: As comissões certamente existem pela iniciativa e esforço*
483 *individuais de algumas pessoas. Encaminhamento: Contato imediato, discussão da situação,*
484 *identificação do quadro. Se positivo, realizar todos os ajustes para incentivar e estimular o*
485 *funcionamento da comissão”. Psic. Elaine entende que alguns colaboradores procuram*
486 *participar das Comissões Temáticas com o objetivo de promoção pessoal. Esclarece*
487 *que algumas regras foram estabelecidas para tentar inibir algumas atitudes nesse*
488 *sentido. Cons. André parabeniza a iniciativa do Cons. Juliano, mas se preocupa com a*
489 *abertura de participação para todos os psicólogos. Considera que tal abertura pode*
490 *dificultar a isonomia de posicionamentos dos conselheiros e colaboradores, haja vista*
491 *que a partir da assinatura de portarias, todos estariam aptos a falarem em nome do*
492 *CRP. Encaminhamento: após esclarecimento, o plenário delibera pela retomada da*
493 *discussão em futuras plenárias e planejamento estratégico. A reunião plenária é*
494 *encerrada às 20h35 e nada mais tendo a relatar, eu, Angelo Horst, funcionário deste*
495 *CRP, lavro esta ata, que vai assinada por mim e pela Conselheira Tesoureira, Psic.*
496 *Maria Stella Aguiar Ribeiro CRP-08/05524. A lista de presenças vai anexada e passa a*
497 *fazer parte integrante desta ata.*

498



Conselho
Regional de
Psicologia
do Paraná

663ª REUNIÃO PLENÁRIA

LISTA DE PRESENÇA

DATA	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM	LOCAL
08/10/13	17h	20h35min	Sede do CRPPR - Curitiba/PR

Nº	NOME	CRP	ASSINATURA
1	Cléia D. Cunha	00477	
2	Guilherme B. da Silva	10536	
3	MARIA STELLA AGUIAR RIBEIRO	05524	
4	Maurício Cardoso da Silva	CRP 22261	
5	Juliano Del Gobo	13756	
6	Rosângela Maria Martins	01169	
7	Sandra Mara P. Flores	01198	
8	Marika Campos Mindonca	09371	
9	Rodrigo David A. de Medeiros	13844	
10	Jonsson Cristiano Perotto	13902	
11	Mariana Doreas de Amorim	15938	
12	André Luiz Venzor	14073	
13	Luiz Antonio Marinho Neto	17526	
14	NAVANNE COSTA FREIRE	14350	
15	Elaine Beuret	14475	
16	Célia Mazza de Souza	02052	
17	Argeo Horst	17007	
18	Delesta Ana Rígia Braqueto	08334	
19	Jenise Ribas Pramus	11462	
20	Luciana de Almeida Moraes	14417	
21	Anita C.M. Xavier	12770	
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			